GT 3 – Análise de Políticas Públicas

Política de Educação Profissional: o perfil da produção científica Brasileira.

Pâmella Elis Bandeira [1]

Estela Najberg [2]

Resumo: Este artigo tem o objetivo de traçar o perfil da pesquisa sobre a política de educação profissional brasileira. Com a utilização de abordagem quantitativa, utiliza a pesquisa bibliográfica e mapeamentos bibliométricos, sociométricos e cientométrico para analisar 29 artigos disponibilizados nas bases *Scielo* e *Spell* com a utilização da palavra-chave "educação profissional" no título do documento. Para a análise optou-se por mapear o estado da arte sobre o tema, levantando, portanto, artigos do período de 2013 a 2017. Como principais resultados, destaca-se que na maioria dos estudos ao menos um autor possui vínculo com uma instituição ofertante de educação profissional. Observou-se também que o uso de indicadores não vem ocorrendo nas pesquisas que tratam do tema. A partir das evidências encontradas, conclui-se que a produção científica sobre a política de educação profissional está em estágios inicias e que ainda assim possui grande potencial para colaborar na avaliação dessa política pública.
Palavras-chave: educação profissional. política pública. análise de política. avaliação de política.

Introdução

A economia mundial vem passando por várias transformações que têm afetado o modo de produção e as relações trabalhistas (SANTOS et al., 2016), desde mudanças tecnológicas (como a invenção da máquina a vapor e a informatização), até alterações nas relações comerciais entre os países. Todos estes fatores afetam, inevitavelmente, a qualificação exigida dos trabalhadores, destacando a importância da educação profissional (MUSSE ISABEL, 2013) para o desenvolvimento econômico dos países.

No Brasil, a maneira encontrada pelas elites, o início do século XX, para colocar o país na civilização ocidental foi implantar a política de imigração em vez de promover a emancipação cultural e econômica da população, portanto, o objetivo era inserir pessoas letradas e em condições de incorporar o trabalho moderno. No entanto, com os processos de imigração dificultados pela a Primeira Guerra Mundial o país voltou o olhar para seus próprios recursos humanos, uma população que teria que ser preparada às pressas para a atividade industrial urbana (BOMENY, 2003), e iniciou-se assim a priorização da educação profissional como meio de crescimento econômico

[1] Mestranda em Administração na Universidade Federal de Goiás. *E-mail*: admpamellabandeira@gmail.com
[2] Doutora em Administração pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EAESP-FGV). Professora associada da Universidade Federal de Goiás, *E-mail*: estelanajberg@gmail.com

(SANTOS et al., 2016). Em sequência, institui-se por intermédio do Decreto n° 7.566 em 1909, as escolas de aprendizes e artífices, e deu-se início ao processo de implantação da aprendizagem, cujos fundamentos estabeleciam que os aprendizes devessem se capacitar antes de produzir (LIMA et al., 2016).

Atualmente, a política de educação profissional é disseminada em grande parte pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), o qual surgiu em 2011 e é executado por instituições do Sistema S (principalmente o Senai), pela Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, Rede Estadual e instituições privadas (BRASIL, 2017). O Pronatec destaca-se como um programa de governo que visa ampliar a oferta de educação profissional, no entanto ressalta-se que a Política de Educação Profissional vai além desse programa visto que os recursos orçamentários destinados à política são descentralizados diretamente às instituições ofertantes (AFONSO; GONZALEZ, 2016).

Concomitante aos investimentos na política de educação profissional brasileira, a sociedade tem-se tornado mais exigente quanto à qualidade da gestão pública, e mostra-se cada vez mais interessada nas intervenções governamentais, com a expectativa de verificar melhor desempenho dessas ações. Nesse sentido, a avaliação de políticas públicas mostra-se como um mecanismo de aprofundamento sobre os resultados, visto que permite conhecer a realidade e propor métodos e critérios para eventuais mudanças (CAPOBIANGO et al., 2011). Buscando melhor compreensão dos resultados obtidos pela Política de Educação profissional, a comunidade acadêmica vem realizando estudos para maior aprofundamento do tema. Essa produção científica, ainda que por vezes não realize uma avaliação direta da política de educação profissional, vem utilizado as instituições ofertantes de educação profissional como amostra/caso, produzindo, portanto, análises dos resultados alcançados por essas instituições. A análise dessas instituições acaba por refletir os resultados da política de educação profissional (DEITOS; LARA; ZANARDINI, 2015; FIGUEIREDO, 2017; MALACARNE; BALASSIANO; NOSSA, 2016; MELLO; MELO; MELLO FILHO, 2016; SOUZA, 2017), portanto, são estudos que podem contribuir na análise da produção científica da política.

Nesse contexto, reconhecendo que a política de educação profissional brasileira vem sendo colocada como prioritária para o governo, e também que a análise dessa política é recente e necessita ser melhor compreendida, este estudo é guiado pelo seguinte questionamento: Qual o perfil da produção científica brasileira sobre a Política de Educação Profissional no Brasil?

Procurando responder o questionamento, este artigo objetiva traçar o perfil da produção científica produzida no Brasil sobre a Política de Educação Profissional brasileira. O propósito é oferecer um quadro atualizado sobre a partir de investigação do estado da arte, últimos cinco anos.

Para tanto, foram realizados mapeamentos bibliométricos, sociométricos e cientométricos com a finalidade de levantar informações acerca das pesquisas e dos conceitos centrais que estão sendo mobilizados sobre o tema. A análise proposta apoia-se na relevância de reflexões sobre a constituição do campo científico da Administração Pública no Brasil e do impacto dos estudos sobre política de educação profissional em suas formas de produção do conhecimento. Isto posto, optou-se por um recorte pautado nas bases *Spell* e *Scielo*, quanto a área de avaliação Administração, Contabilidade e Turismo.

Assim, este texto foi estruturado para apresentar, na próxima seção, uma revisão sobre os conceitos que perpassam o tema Educação Profissional. Na terceira seção, detalham-se os procedimentos metodológicos utilizados. Na quarta seção, expõem-se e discutem-se os resultados obtidos. Por último, apresentam-se as considerações finais do estudo, refletindo sobre seus achados, além das limitações e sugestões para futuras pesquisas. Assim, foi possível traçar o perfil do tema, criando subsidio para futuras reflexões a respeito da política de educação profissional.

Parte 1. Educação Profissional

Os avanços tecnológicos e as mudanças no mundo do trabalho tornam urgente a qualificação de mão de obra para melhoria da produtividade dos trabalhadores. De acordo com SANTOS et al. (2016) sobram vagas, no comércio, na indústria, porém faltam trabalhadores qualificados. Desta forma, entrou em destaque o tema a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), isto é, educação voltada para o mercado de trabalho. Em paralelo, o Estado formula e implanta políticas públicas de modo a promover o desenvolvimento do país. A respeito, Lima e Pacheco (2017) trazem que as políticas públicas podem ser compreendidas como o conjunto de iniciativas, ações, planos, programas, metas e estratégias traçados pelo Estado visando o bem-estar da coletividade e o interesse público. Compreende-se os programas voltados para a educação profissional como a Política de Educação Profissional Brasileira.

O principal objetivo da educação profissional é a criação de cursos voltados para o acesso ao mercado de trabalho, tanto para estudantes quanto para profissionais que buscam ampliar suas qualificações (NEIVA FILHO, D. M.; VASCONCELLOS, C. A. B.; SOUZA, 2015). Nesse sentido, a educação profissional constitui uma das dimensões que evidencia as inter-relações do sistema educativo e de outros sistemas sociais. A

consideração de tais inter-relações vem sendo dominada pela atitude que as equaciona, colocando num dos termos o sistema educativo e no outro o sistema econômico (FERREIRA; RUIZ, 2004)

A Educação Profissional e Tecnológica, prevista no art. 39 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9394/1996 e alterada pela Lei n° 11.741 de 2008, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia e se desenvolve por meio dos seguintes cursos: I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; II – de educação profissional técnica de nível médio; III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação (BRASIL, 1996). Nesse contexto, para reduzir a defasagem que o Brasil apresenta na área de EPT e para enfrentar o desafio de qualificar os trabalhadores, o governo brasileiro vem realizando esforço para a ampliação da oferta a cursos técnicos e de qualificação profissional, com destaque para o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e repasses orçamentários à Rede Federal e ao Sistema S. A Rede Federal aqui denominada trata-se da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), a qual é uma organização política das instituições federais de educação profissional e tecnológica. Integram a Rede Federal 38 Institutos Federais (IF's), 2 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), o Colégio Pedro II e 23 escolas técnicas vinculadas às universidades federais (BRASIL, 2015). Já o Sistema S é o conjunto das entidades corporativas de serviços sociais autônomos, de natureza jurídica de direito privado, que têm seu nome iniciado com a letra S (SENADO, 2016; LORENZETT, LOPES, LIMA, 2010), como o SENAC, SENAR,SENAI e SENAT (BRASIL, 2017).

Com base no Relatório de Gestão de 2013 da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), o Sistema S e a Rede Federal compõem as instituições ofertantes do Pronatec com o maior número de matrículas (MEC, 2014), representando respectivamente um total de 70,45% e 14,66% da quantidade total de instituições. O restante das matrículas é realizado pela Rede Estadual (5,3%) e Outras Instituições Privadas (9,59%). A tabela 1 dispõe sobre a quantidade de instituições ofertantes da Política de Educação Profissional no país, classificando-as por região.

Tabela 1 - Amostra da pesquisa por instituição ofertante e por região do país.

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sul	Sudeste	Total
Rede Federal	7	11	5	6	9	38
Rede Estadual	6	8	8	4	17	43
Sistema S	28	36	16	12	16	108
Outras Privadas	1	1	3	4	3	12
						201

Fonte: Elaborado pela autora com base em MEC (2014).

A expressividade de instituições distribuídas por todo o país permite compreender que ao mapear pesquisas sobre essas instituições realiza-se também um estudo sobre a política de educação profissional brasileira. Nesse contexto, diante da relevância crescente da educação profissional no Brasil, por seu potencial transformador na formação ou requalificação de trabalhadores e pelo lugar que ocupa no processo de desenvolvimento em seu sentido amplo, é importante realizar estudos que permitam compreender melhor a maneira como vem sendo avaliada, mapeando a produção científica já realizada e traçando um perfil desses estudos.

Parte 2. Procedimentos Metodológicos

Para alcançar o objetivo proposto, utilizou-se a abordagem quantitativa e os métodos de pesquisa: a) bibliográfico, visando a conhecer as contribuições científicas que foram realizadas sobre a Educação Profissional no Brasil (CRESWELL, 2012); b) bibliométrico, no que diz respeito aos levantamentos quantitativos da produção acerca do tema (FONSECA, 1986); c) sociométrico, ao explorar também os relacionamentos estabelecidos os autores e as instituições às quais pertencem (GALASKIEWICZ, J.; WASSERMAN, 1994); e d) cientométrico, ao explorar aspectos quantitativos da "ciência" da ciência (TAUBES, 1993) permitindo melhor compreensão do perfil da produção científica sobre o tema.

Optou-se por realizar um mapeamento do estado da arte da produção científica brasileira sobre a Política de Educação Profissional do Brasil, portanto, foram levantados artigos do período de 2013 a 2017. O levantamento ocorreu a partir de artigos publicados nas bases *Scientific Electronic Library Online (SciELO)* e *Scientific Periodicals Electronic Library (Spell),* as quais foram escolhidas por serem bases brasileiras com foco na produção acadêmico-científica das áreas associadas às ciências sociais aplicadas, além de incorporar ferramentas bibliométricas. O período de acesso ocorreu na primeira semana de janeiro de 2018. Para seleção dos artigos, foi feita pesquisa verificando o uso do termo "educação profissional", no título. Optou-se por filtrar pelo título

para aumentar a exatidão quanto ao tema bem como por retornar também os estudos que utilizaram instituições de educação profissional como amostra/caso, isso porque entende-se que ao estudar essas instituições ofertantes realiza-se também estudo sobre a Política de Educação Profissional. Por meio das buscas, foram identificados 32 artigos que compuseram a amostra inicial deste estudo.

Em seguida definiu-se como critério de corte os artigos que não tratavam da política de educação profissional brasileira, bem como os duplicados. Foram identificados 2 artigos que não tratavam da política e 1 artigo que estava duplicado. Portanto, a amostra final deste estudo é composta por 29 artigos. Adiante, foram coletados dos 29 artigos selecionados os dados: base em que está disponível; título; ano de publicação; periódico no qual foi publicado; nome dos autores; filiação dos autores; vinculação profissional dos autores; tipo de abordagem utilizada no estudo; temática; foco de análise; método de levantamento de dados; método de análise dos dados; tipo de instituição estudada; amplitude da esfera do caso/amostra (municipal, estadual ou federal); o estado da federação do caso/amostra; e ainda o se há o uso de indicadores para realização do estudo (em caso positivo o tipo de indicador). Salienta-se que nos artigos sem o registro da filiação ou a vinculação profissional do autor no periódico buscou-se a informação no Currículo Lattes considerando o ano de submissão do artigo ao periódico. A seguir, descrevem-se os achados do estudo, a partir de procedimentos de análise que incorporaram técnicas típicas de estudos de análise de produção científica marcadamente com o emprego de mapeamentos bibliométrico, sociométrico e cientométrico. Após, os resultados da análise foram descritos e discutidos.

Parte 3. Resultados e Discussão

Foram identificados 29 artigos que estudaram a Educação Profissional no Brasil, os quais foram publicados em 17 periódicos brasileiros e 1 periódico boliviano. O periódico boliviano foi mantido pois o artigo nele publicado tem como caso uma instituição brasileira. O periódico com maior concentração de artigos foi o Educação e Sociedade (f = 4 | p = 13,79%) editada pelo Centro de Estudos Educação e Sociedade - CEDES, com mostra a Tabela 2.

Tabela 2 – Distribuição dos artigos por periódico

Periódico	Editor	f	p	Qualis
Bolema: Boletim de Educação Matemática	UNESP	1	3,45%	B5
Cadernos CEDES	CEDES	1	3,45%	A2
Cadernos de Pesquisa	UFMA	1	3,45%	B4
Economia e Sociedade	UNICAMP	1	3,45%	B1

Educação & Sociedade	CEDES	4	13,79%	A2
Educação em Revista	UFMG	2	6,90%	B2
Ensaio - Avaliação e Políticas Públicas em Educação	CESGRANRIO	3	10,34%	B1
Ensaio: Pesquisa em Educação em Ciências	UFMG	1	3,45%	B1
Organizações & Sociedade	UFBA	1	3,45%	A2
Pensamiento palabra y obra	UPN	1	3,45%	C
Psicologia: Ciência e Profissão	CFP	1	3,45%	B2
Revista Brasileira de Educação	ANPEd	3	10,34%	B1
Revista Brasileira de Educação Física e Esporte	USP	1	3,45%	B2
Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos	INEP	3	10,34%	B2
Revista de Administração, Contabilidade e Economia	UNOESC	1	3,45%	B3
Revista de Gestão e Tecnologia	SENAC	1	3,45%	B3
Revista Gestão & Tecnologia	FLP	1	3,45%	B2
Trabalho, Educação e Saúde	FIOCRUZ	2	6,90%	B2

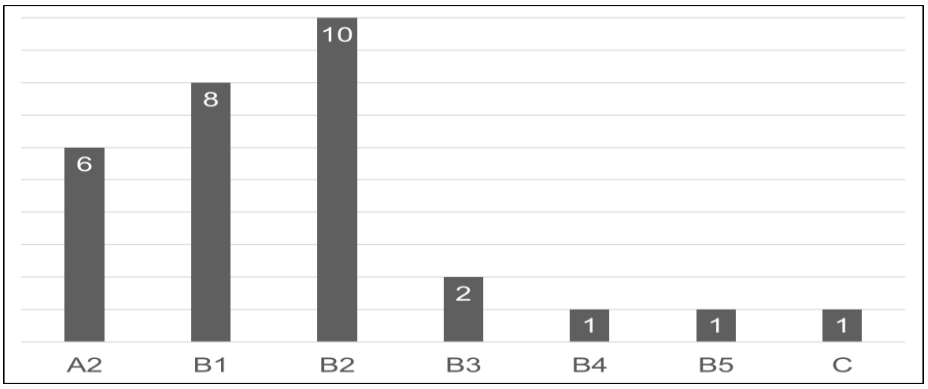
Fonte: Elaborado pela autora.

A Tabela 2 traz a classificação dos periódicos brasileiros da área de avaliação Administração, Contabilidade e Turismo no Qualis/Capes – quadriênio 2013-2016, a qual define o critério de estratificação (A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C) adotado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). A escolha dessa área de avaliação ocorre por abranger a área de ciências sociais aplicadas. A maioria dos periódicos levantados estão classificados como B2, seguidos por aqueles classificados como B1 e em sequência por A2 com três periódicos que são: Organizações & Sociedade (editado pela Universidade Federal da Bahia - UFBA), Educação & Sociedade e Cadernos CEDES (ambos editados pelo Centro de Estudos Educação e Sociedade – CEDES). Nesse estudo foram ao total 6 artigos publicados nesses três periódicos A2 (o de maior impacto na área de Administração, Contabilidade e Turismo no Qualis/Capes no Brasil, visto que não há periódicos brasileiros classificados como A1), a figura 1 ilustra esse dado. Dos artigos publicados em periódicos A2, 4 estão publicados no periódico Educação & Sociedade, sendo dois deles de 2013, um de 2014 e um de 2015. Dos artigos de 2013 um é de autoria de Juliana Favretto e Cleide Fátima Moretto, o qual trata da retomada da ênfase na educação profissional enfocando nos cursos superiores de tecnologia no contexto de

expansão da educação superior no Brasil, focando na política pública de educação profissional.

Na busca, o artigo mais recente do levantamento publicado em A2 é do periódico Organizações & Sociedade, de 2015, o qual possui como autores Robson Malacarne, Moises Balassiano e Valcemiro Nossa. Esse artigo utiliza uma instituição de educação profissional para estudar as implicações do BSC nas práticas cotidianas que envolvem gestão de pessoas, tendo como foco, portanto, os servidores dessa instituição.

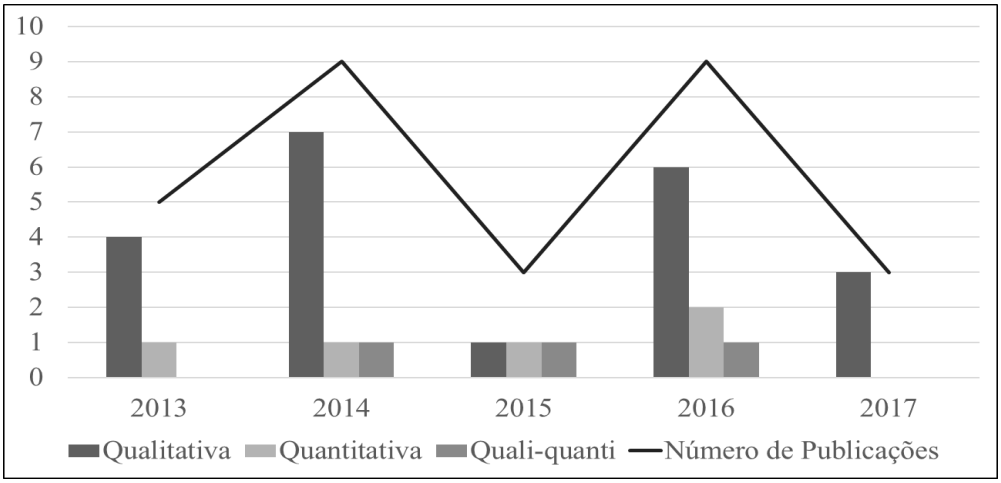
Figura 1 - Distribuição dos artigos por Classificação Qualis/Capes



Fonte: Elaborado pela autora.

Sobre o tema foram publicados 5 artigos em 2013, 9 artigos nos anos de 2014 e 2016, e 3 artigos nos anos de 2015 e 2017. Portanto, há um aumento na produção científica intercalada com uma queda, retratando a inconstância de publicações na área. A figura ilustra a abordagem utilizadas nas publicações por ano, onde se observa que a abordagem qualitativa foi a mais utilizada em todos os anos de análise. Analisou-se ainda como foi realizada a coleta e a análise dos dados utilizados nesses estudos, e observou-se que os métodos de coletas de dados mais utilizados foram a Entrevista, o Questionário e o Levantamento Documental. Essas informações estão ilustradas na figura 2.

Figura 2 - Abordagem e quantidade dos artigos, por ano de publicação.



Fonte: Elaborado pela autora.

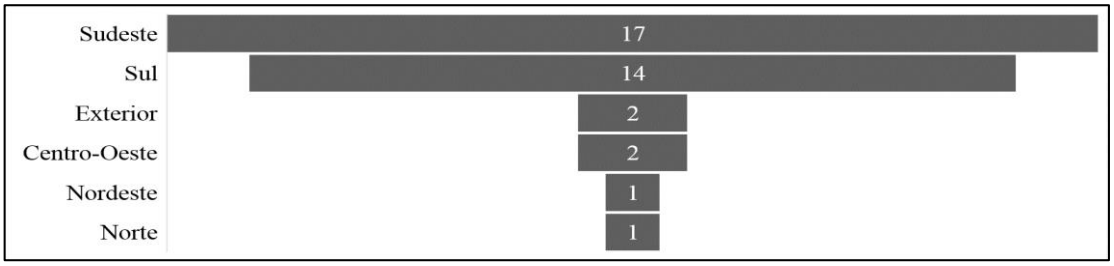
Cada um desses métodos foi utilizado em 10 artigos. Ressalta-se 5 artigos utilizarem pelo menos dois métodos de coletas de dados (AMARAL, 2016; BELTRAME; ALPERSTEDT, 2015; BERNARDIM MÁRCIO LUIZ, 2016; SALES, 2014). Além dos três métodos já citados também foram utilizados Grupos focais e Observação. Quanto à análise de dados, o método de mais utilizado foi o de Análise de Conteúdo, o qual foi utilizado em 21 dos artigos. Os outros métodos utilizados foram Análise do Discurso, História de Vida, Estatística Descritiva e Modelagem de Equações Estruturais. Ressalta-se que os 3 artigos que relataram utilizar abordagem quali-quanti utilizaram a abordagem quantitativa no método de coleta dos dados, realizado a Análise de Conteúdo para análise dos dados.

Quanto aos autores dos artigos, em análise verificou-se que 18 artigos foram escritos por 2 autores, 5 por 3 autores, 5 por 1 autor e 1 artigo escrito por 4 autores, demonstrando que em média os artigos sobre educação profissional são escritos por 2 autores em conjunto. Entre os autores houve apenas dois que realizaram mais de um estudo, José Ângelo Gariglio e Angela Mara de Barros Lara. Garaglio publicou dois artigos em 2014 (um pelo periódico “Caderno de Pesquisa” da Universidade Federal do Maranhão e outro pela “Revista Brasileira de Educação” da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPEd), enquanto Lara publicou um artigo em 2015 (por “Educação & Sociedade” da Universidade Federal da Bahia) e outro em 2016 (por “Revista Brasileira de Educação” da ANPEd). Essa baixa reincidência de autores nos artigos levantados sugere que a área de pesquisa sobre a Política de Educação Profissional parece ainda não possui

autores reconhecidos da área para sem tratados como referência, evidenciando contemporaneidade de estudos da área.

Quanto ao vinculo institucional dos autores, verificou-se que 21 artigos, dos 24 escritos por mais de um autor, possuem autores com filiação institucional diferente dos demais autores do mesmo artigo. Isso sugere a presença de uma rede de colaboração para a produção científica que se expande por diversas instituições para a elaboração de cada estudo. Ademais, 5 instituições se repetem em 3 artigos, foram: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Fundação Oswaldo Cruz, Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais e Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Portanto, essas instituições colaboraram com 51,72% da produção científica sobre Política de Educação Profissional no período analisado. As instituições encontradas no levantamento também foram classificadas por região do país, a figura 3 ilustra essa informação.

Figura 3 - Instituições dos autores, por região do país.



Fonte: Elaborado pela autora.

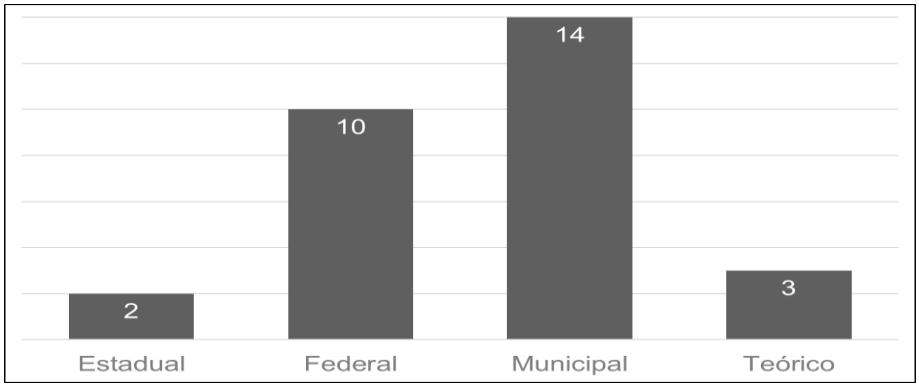
Conforme ilustrado pela figura 4, os autores apresentam filiação institucional em 17 instituições localizadas na região Sudeste do país, em 14 instituições localizadas no Sul do Brasil, 2 instituições do exterior e também 2 do Centro-Oeste, e ainda 1 na região nordeste e outra na região norte. Essa concentração nas regiões Sul e Sudeste estão em consonância com os maiores indicadores de desenvolvimento econômico, sugerindo que regiões com melhores indicadores também contribuem mais para a produção científica sobre a Política de Educação Profissional.

Quanto ao vinculo profissional dos autores, buscou-se compreender se haveria um número maior com vínculo em instituições ofertantes. Levantou-se que 72% dos artigos sobre a Política em análise possuem ao menos 1 autor vinculado a alguma instituição

ofertante de cursos de educação profissional, isso permite sugerir que o interesse pela pesquisa na área pode não estar vinculado somente à busca por compreensão dos resultados da Política, mas sim por aproximação ou motivo particular do autor com a instituição ofertante. Quanto às instituições ofertantes, também se verificou quais foram as instituições estudas nos artigos, e verificou-se que os Institutos Federais foram estudados em 17 artigos, sendo que em 15 deles utilizou-se como caso um IF específico e nos outros 2 foi estudada toda a Rede Federal de Educação Profissional. A análise direta da Política Pública de Educação Profissional foi feita em 5 artigos, em que trataram de: Motivos socioeconômicos e ideológicos da Política de Educação Profissional (DEITOS; LARA; ZANARDINI, 2015); Institucionalidade da Educação Profissional brasileira (ARAUJO, 2014); Cooperação e colaboração federativas na Educação Profissional (MACHADO; VELTEN, 2013); Processo de Expansão da Educação Profissional (FAVRETTO JULIANA, 2013) e; Perfil dos indivíduos que cursam a educação profissional (MUSSE ISABEL, 2013).

Buscou compreender a amplitude da amostra/ caso do estudo. Assim, verificou-se o artigo empírico foi analisado em um nível estadual, buscando a compreensão de um comportamento de vários ou todos os municípios do estado, em um nível Federal, em que instituições de vários estados eram estudadas, ou ainda municipal focando na realidade de um município específico. A figura 6 ilustra esse levantamento.

Figura 4 - Esfera da amostra/caso do estudo empírico.



Fonte: Elaborado pela autora.

Observa-se que o mapeamento é composto por 26 artigos empíricos e 3 artigos teóricos. Compreende-se ainda que em 14 estudos, analisou-se a Política em um nível municipal, seguido por 10 em nível Federal e 2 artigos em nível Estadual. Talvez esse dado

é resultado se uma dificuldade de acesso a instituições fora da localidade do autor, ou ainda por uma falta de consolidação dos dados em um nível maior, como o federal. Esse estudo também levantou que os estados que tiveram mais municípios analisados foram Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Essa informação vai em consonância com os dados ilustrados na Figura 4, em que os estados com maior número de municípios analisados coincidem com as regiões em que estão as instituições com maior publicação de artigos.

O estudo também buscou verificar se a produção científica sobre a Política de Educação Profissional vem trabalhando com indicadores, afinal, se há uma busca por compreender e mensurar os resultados da política o uso de indicadores deve despertar interesse. No entanto, deste levantamento apenas em 1 dos 29 artigos utilizou esse instrumento, trazendo indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD). O interesse pela temática dos indicadores sociais e sua aplicação nas atividades ligadas ao planejamento governamental e ao ciclo de formulação e avaliação de políticas públicas vêm crescendo no País, tal fato deve-se às mudanças institucionais por que a administração pública tem passado no País, em especial com a consolidação da sistemática do planejamento plurianual, com o aprimoramento dos controles administrativos dos ministérios, com a mudança da ênfase da auditoria dos Tribunais de Contas da avaliação da conformidade legal para a avaliação do desempenho dos programas, bem como a reforma gerencial da gestão pública em meados dos anos 1990 (JANNUZZI, 2005).

Conclusões

Este artigo foi desenvolvido com o objetivo de traçar o perfil da produção científica produzida no Brasil sobre a Política de Educação Profissional do país. Trata-se de um esforço inicial de mensuração e reflexão da produção científica por meio de métricas que possibilitem uma avaliação dos estudos do estado da arte. As técnicas empregadas visam a identificar e descrever padrões dominantes na produção do conhecimento desse campo de estudo, tais como: técnicas de coleta e análise de dados, principais regiões de publicação, principais autores, instituições mais estudas e uso ou não de indicadores. Observou-se que os estudos do estado da arte que tratam da Política ainda são pouco expressivos em revistas de Qualis/CAPES A2, levantado, portanto, uma sugestão para um maior aprofundamento dos estudos de forma que possam ser publicados por periódicos com mais abrangência, podendo dar ao tema maior representatividade. Observou-se também que é muito instável o número de publicações sobre o tema, constatando representativas quedas de

publicações nos anos de 2015 e 2017, intercaladas por aumento em 2014 e 2016. Nesse sentido, o baixo número de artigos publicados bases selecionadas e a irregularidade no número de publicações parece informar que o processo de avaliação da Política de Educação Profissional no país ainda se encontra em seus estágios iniciais.

Apesar desses números não serem expressivos, entende-se que haja grande espaço para crescimento, tanto no que se refere ao número de artigos e a amplitude da amostra/casos estudados, quanto a inserção do uso de indicadores para melhor compreensão dos resultados da política. Afinal, conforme Cassiolato e Garcia (2013), todos os países considerados desenvolvidos, em algum momento de suas trajetórias rumo a essa condição, concederam prioridade à formação de uma força de trabalho competente para enfrentar os desafios impostos pela concorrência e pelo progresso técnico, portanto, a produção científica participa ao colaborar nesse desafio, construindo informações de avaliação da política. Pesquisas que estudam a Política de Educação Profissional têm ativado distintos focos de interesse, como evasão (FIGUEIREDO, 2017; SALES, 2014), ensino (BERNARDIM MÁRCIO LUIZ, 2016; BRAGANÇA; LIMA, 2016; BROD; TREPTOW, 2016; DELUIZ NEISE, 2013; SILVA, 2017; SOUZA, 2017), bem como várias temáticas foram levantadas (Marketing, Gestão de Pessoas, Expansão). Essas diferentes possibilidades de estudos indicam a configuração de uma abordagem bastante fértil para a pesquisa de práticas organizativas que acolhem a complexidade e variedade de temas. Nesse sentido, estimular o autoconhecimento da política pode ser um meio de acelerar tal processo.

Assim, espera-se que este estudo tenha contribuído para compreensão do perfil da produção científica da Política de Educação Profissional e possa estimular outros pesquisadores a explorar esse tema, por meio das lacunas aqui destacada. Sugere-se, para futuras pesquisas, ampliar a amostra de artigos publicados, incluindo novas palavras-chave e filtros de pesquisa. Além disso, seria pertinente compreender as razões que têm levado os pesquisadores da área a adotar mais a abordagem qualitativa da área, bem como não adotar o uso de indicadores nos estudos.

Referências

AFONSO, A. M. M.; GONZALEZ, W. R. C. Educação Profissional e Tecnológica: análises e perspectivas da LDB/1996 à CONAE 2014. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 24, p. 719–742, 2016.

AMARAL, C. G. F. DO. Arte e educação profissional no Brasil: desafios para a docência. **Pensamiento palabra y obra**, p. 64–71, 2016.

ARAUJO, R. M. DE L. Instituições de formação profissional - história e perspectivas: o projeto da nova institucionalidade da educação profissional brasileira dos anos 1990. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 22, p. 197–214, 2014.

BELTRAME, M. M. DE L. L.; ALPERSTEDT, G. D. Construção de política de comunicação em instituições de educação profissional, científica e tecnológica: uma proposta com base na experiência do IFSC. **NAVUS - Revista de Gestão e Tecnologia**, v. 5, n. 2, p. 14–26, 2015.

BERNARDIM MÁRCIO LUIZ, S. M. R. DA. Juventude, escola e trabalho: sentidos da educação profissional integrada ao ensino médio. **Educação em Revista**, v. 32, p. 211–234, 2016.

BOMENY, H. **Os intelectuais da educação: descobrindo o Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BRAGANÇA, I. F. DE S.; LIMA, R. P. Narrativas de vida de instrutores da educação profissional como possibilidade de estudos no campo das representações sociais. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 97, p. 290–304, 2016.

BRASIL. **Lei nº 9.394. Lei de Diretrizes e Bases**, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>

BRASIL. **Programa nacional de acesso ao ensino técnico e emprego**. Disponível em: <http://pronatec.mec.gov.br/>. Acesso em: 28 maio. 2017.

BRASIL. **Instituições ofertantes do Pronatec**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pronatec/instituicoes-par>. Acesso em: 5 jun. 2017.

BROD, F. A.; TREPTOW, R. S. C. O conversar como estratégia de formação contínua na tutoria da educação profissional a distância. **Revista Brasileira de Educação**, v. 21, p. 631–652, 2016.

CAPOBIANGO, R. P. et al. Análise das redes de cooperação científica através do estudo das coautorias dos artigos publicados em eventos da Anpad sobre avaliação de políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, v. 45, n. 6, p. 1869–1890, 2011.

CASSIOLATO, M. M. M. C.; GARCIA, R. C. Múltiplos arranjos e ações para ampliar o acesso à educação profissional. **Boletim de Análise Político-Institucional**, v. 4, 2013.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e mistos.** 3ª ed. São Paulo: Penso, 2012.

DEITOS, R. A.; LARA, A. M. DE B.; ZANARDINI, I. M. S. Política de educação profissional no brasil: aspectos socioeconômicos e ideológicos para a implantação do pronatec. **Educação e Sociedade**, v. v, 36, n. 133, p. 985–1001, dez. 2015.

DELUIZ NEISE, V. B. R. O arco ocupacional saúde nas políticas de educação profissional. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 11, p. 355–374, 2013.

FAVRETTO JULIANA, M. C. F. Os cursos superiores de tecnologia no contexto de expansão da educação superior no Brasil: a retomada da ênfase na educação profissional. **Educação & Sociedade**, v. 34, p. 407–424, 2013.

FERREIRA, G. M.; RUIZ, A. L. Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica. **Ministério da Educação - MEC**, 2004.

FIGUEIREDO, N. G. DA S. Educação Profissional e evasão escolar em contexto: motivos e reflexões. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 25, n. 95, p. 356–392, 2017.

FONSECA, E. N. **Bibliometria. Teoria e Prática**. 1ª ed. São Paulo: Cultrix, 1986.

GALASKIEWICZ, J.; WASSERMAN, S. **Advances in social network analysis: research in the social and behavioral sciences.** 1. ed. New York: SAGE Publications, 1994.

JANNUZZI, P. D. M. Indicadores para Diagnóstico, Monitoramento e Avaliação de Programas Sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**, v. 56, n. 2, p. 137–160, 2005.

LIMA, M. et al. O público e o privado na educação profissional : um estudo sobre a execução do Pronatec na rede federal e no SENAI. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 32, n. 3, p. 871–885, 2016.

LIMA, M.; PACHECO, Z. S. T. DE A. As Políticas Públicas E O Direito À Educação: Programa Nacional De Acesso Ao Ensino Técnico E Emprego Versus Plano Nacional De Educação. **Educação & Sociedade**, n. ahead, p. 0–0, 2017.

LORENZETT, J. R.; LOPES, A. L. M.; LIMA, M. V. A. DE; Aplicação de método de pesquisa operacional (DEA) na avaliação de desempenho de unidades produtivas para área de educação profissional. **Estratégia e Negócios**, v. 1, n. 48, p. 169 a 190, 2010.

MACHADO, L. R. DE S.; VELTEN, M. J. Cooperação e colaboração federativas na educação profissional e tecnológica. **Educação & Sociedade**, v. 34, p. 1113–1133, 2013.

MALACARNE, R.; BALASSIANO, M.; NOSSA, V. Implicações do BSC nas práticas cotidianas que envolvem a gestão de pessoas: estudo de caso em uma instituição de educação profissional. **Organizações & Sociedade**, v. 23, p. 406–420, 2016.

MEC, M. DA E.-. Relatório de Gestão do exercício de 2013. **Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC**, v. Unico, p. 1–130, 2014.

MELLO, S. P. T. DE; MELO, P. A. DE; MELLO FILHO, R. T. DE M. Competências Gerenciais Evidenciadas e Desejadas dos Integrantes do Fórum de Gestão de Pessoas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. **RACE: Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, v. 15, n. 1, p. 349–374, 2016.

MUSSE ISABEL, M. A. F. Perfil dos indivíduos que cursam educação profissional no Brasil. **Economia e Sociedade**, v. 22, p. 237–262, 2013.

NEIVA FILHO, D. M.; VASCONCELLOS, C. A. B.; SOUZA, R. O. L. Políticas públicas em educação profissional tecnológica: um foco na formação do curso técnico de nível médio em meteorologia do CEFET/RJ (2000-2009). **Holos**, v. 8, n. 31, p. 304–313, 2015.

SALES, P. E. N. Métodos de pesquisa para a identificação de fatores de evasão e permanência na educação profissional. **Cadernos CEDES**, v. 34, p. 403–408, 2014.

SANTOS, F. DO N. et al. Avaliando o pronatec no ifpb: um estudo sobre implementação. **Revista UniABEU**, v. 9, n. 21, p. 88–106, 2016.

SILVA, A. L. DA. A desespecialização do trabalho docente no méxico: reflexões sobre as experiências de eja e de educação profissional. **Educação em Revista**, v. 33, 2017.

SOUZA, F. DAS C. S. Percurso formativo de engenheiros professores da educação profissional e tecnológica. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 98, p. 62–76, 2017.

TAUBES, G. **Measures for measure in science**. 1. ed. Washington: [s.n.].